h) Prorrogar o prazo para comprovação da situação tributária e contributiva regularizada, no caso de alienação de imóveis do Estado;

i) Nomear a comissão que dirige o procedimento por negociação de imóveis do Estado;

j) Fixar as modalidades de pagamento na venda por ajuste direto de bens imóveis do Estado;

k) Autorizar a demolição de imóveis do Estado;

l) Homologar o valor apurado nas avaliações efetuadas pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças;

m) Designar os peritos que compõem a comissão que determina o valor dos imóveis.

1.2 — Do Decreto-Lei n.º 307/94, de 21 de dezembro, e da Portaria n.º 1152-A/94, de 27 de dezembro:

a) Decidir da afetação dos bens móveis que se encontram sob administração direta da Direção-Geral do Tesouro e Finanças a outros serviços;

b) Confirmar a alienação de bens móveis, realizadas por outros serviços, quando aplicável;

c) Autorizar a venda de bens móveis, o respetivo procedimento e o modo de pagamento;

d) Aceitar heranças e legados de bens móveis em nome do Estado, quando os respetivos encargos sejam de valor igual ou inferior ao limite da competência dos cargos de direção superior para autorizar a realização de despesas.

2 — Ao abrigo do n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, delego no subdiretor-geral do Tesouro e Finanças, mestre Bernardo Xavier Alabaça, a competência para a prática dos seguintes atos:

a) Tomar a decisão de contratar e autorizar, nos termos da lei, a realização de despesas com aquisição de bens e serviços e empreitadas de obras públicas associadas à gestão e avaliação do património imobiliário do Estado, até ao montante de € 75.000;

b) Autorizar as atualizações das rendas de imóveis que resultem de imposição legal.

3 — Ao abrigo do n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, delego no subdiretor-geral do Tesouro e Finanças, mestre Bernardo Xavier Alabaça, relativamente aos serviços sob sua coordenação e ao pessoal aos mesmos afetos, competência para:

a) Assinar correspondência e o expediente, necessários à instrução dos processos;

b) Praticar os atos da competência dos titulares de cargos de direção intermédia relativamente a dirigentes e a pessoal que se encontrem na sua direta dependência.

4 — A presente subdelegação e delegação de competências são extensivas aos diretores de serviços sempre que substituam o subdiretor-geral nas suas ausências e impedimentos.

5 — Autorizo o ora delegado a subdelegar as competências previstas nos n.ºs 1, 2 e 3 do presente despacho nos titulares de cargos de direção intermédia dos serviços sob sua coordenação.

6 — O presente despacho produz efeitos desde o dia 13 de fevereiro de 2017, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados no âmbito das matérias nele compreendidas.

7 de dezembro de 2017. — A Diretora-Geral, em substituição, *Maria João Dias Pessoa de Araújo*.

310997211

FINANÇAS E JUSTIÇA

Gabinetes do Secretário de Estado do Orçamento e da Secretária de Estado da Justiça

Portaria n.º 1/2018

O Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I. P. (IGFEJ), tem por missão, a gestão dos recursos financeiros e das infraestruturas e recursos tecnológicos do Ministério da Justiça.

Para além destas atribuições, o IGFEJ é, conforme disposto no artigo 34.º da Portaria n.º 419-A/2009, de 17 de abril, o organismo responsável pela gestão e pelo controlo das receitas e das despesas a efetuar nos termos previstos no Regulamento das Custas Processuais (RCP).

Compete, ainda, ao IGFEJ o pagamento da compensação devida aos profissionais forenses que prestam serviços no âmbito do acesso ao direito e aos tribunais.

Para dar suporte às operações financeiras realizadas no âmbito do RCP pelas secretarias dos tribunais, nomeadamente no apuramento, cobrança e distribuição das receitas do sistema judicial, e para o processamento da compensação devida aos profissionais forenses, o IGFEJ, através de plataformas informáticas, desenvolveu o Sistema das Custas Judiciais (SCJ), as aplicações para geração, revalidação e reembolso de documentos únicos de cobrança (DUC) e o Sistema de Pagamentos do Apoio Judiciário.

Considerando serem estas aplicações informáticas críticas para o funcionamento dos tribunais, Organismos Públicos que recorrem aos tribunais para cobrarem receita, prestadores de serviços forenses (advogados, administradores judiciais, agentes de execução, peritos, consultores técnicos, etc.), beneficiários do apoio judiciário e da proteção jurídica e, no limite, para todos os cidadãos intervenientes em processos judiciais, bem como para o financiamento do orçamento da Justiça;

Considerando que o IGFEJ não dispõe de recursos específicos suficientes que possam assegurar a manutenção destes sistemas, nem a sua evolução, a que o atual contexto de mudança e as constantes alterações legislativas tornam imperiosa;

Considerando que é assim essencial que o IGFEJ disponha de uma equipa corretamente dimensionada, para que sejam assegurados os serviços e garantidas as métricas de desempenho e disponibilidade exigidas, torna-se por isso necessária a aquisição de serviços informáticos, com recurso à contratação externa dos mesmos;

Considerando que o contrato a celebrar terá o valor estimado de € 658.690,00 (seiscentos e cinquenta e oito mil, seiscentos e noventa euros), acrescido de IVA à taxa legal.

Considerando que o contrato de aquisição de serviços a celebrar abrange os anos económicos de 2018, 2019, 2020 e 2021;

Considerando que é necessário proceder à repartição plurianual do encargo financeiro resultante do contrato a celebrar naqueles anos económicos;

Considerando que, nos termos do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, a abertura de procedimentos que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização não pode ser efetivada, sem prévia autorização das conferidas em portaria conjunta do Ministro das Finanças e do Ministro da Tutela;

Manda o Governo, pelo Secretário de Estado do Orçamento e pela Secretária de Estado da Justiça, ao abrigo das competências delegadas e nos termos do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, da alínea a) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e do n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, o seguinte:

1 — Fica o Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I. P., autorizado a proceder à repartição de encargos decorrentes do contrato de prestação de serviços para manutenção do Sistema das Custas Judiciais (SCJ), do Sistema de Pagamentos do Apoio Judiciário (SPAJ) e das aplicações relacionadas com o Documento Único de Cobrança (DUC), no montante global de € 658.690,00 (seiscentos e cinquenta e oito mil, seiscentos e noventa euros), acrescido de IVA à taxa legal.

2 — Os encargos orçamentais decorrentes da execução do contrato de aquisição de serviços acima referido são repartidos, previsivelmente, da seguinte forma:

- a) Em 2018 — € 109.782,00, ao qual acresce IVA;
- b) Em 2019 — € 219.563,00, ao qual acresce IVA;
- c) Em 2020 — € 219.563,00, ao qual acresce IVA;
- d) Em 2021 — € 109.782,00, ao qual acresce IVA.

3 — O montante fixado para cada ano económico poderá ser acrescido do saldo apurado no ano anterior, podendo transitar para o ano seguinte.

4 — Os encargos financeiros resultantes da execução da presente portaria são satisfeitos por verbas inscritas ou a inscrever no orçamento do Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I. P., referentes aos anos indicados.

5 — A presente portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

18 de setembro de 2017. — O Secretário de Estado do Orçamento, *João Rodrigo Reis Carvalho Leão*. — 13 de dezembro de 2017. — A Secretária de Estado da Justiça, *Anabela Damásio Caetano Pedroso*.

310995624